

Audição Parlamentar

Grupo de Trabalho sobre o Sector Leiteiro

Breve enquadramento

A crise que assola o sector do leite há cerca de dois anos teve como principais causas os seguintes pontos que passamos a discriminar:

1. Bons preços pagos á produção em 2013 e 2014;
2. Liberalização da produção, com fim das quotas leiteiras em Abril de 2015;
3. Embargo russo aos produtos lácteos europeus;
4. Estagnação económica nos BRIC;
5. Crise do petróleo;
6. Instabilidade política e social em algumas zonas do Globo;
7. Conflitos armados no Norte de África;
8. Quebra de consumo de alguns produtos lácteos nos países desenvolvidos;
9. Criação de mitos infundados sobre os malefícios do leite e dos produtos lácteos.

A conjugação destes factores originou um desequilíbrio enorme entre a oferta e a procura que arrastou o preço do leite pago à produção para valores muito baixos, levando muitos produtores não só a racionalizar os efectivos das suas explorações, como à desistência de um elevado número de criadores. Esta realidade provocou uma situação extremamente crítica, onde as palavras mais comuns no seu seio da produção são, aumento das dívidas a fornecedores e instituições de crédito, desânimo, falência e exaustão.

Políticas Europeias de apoio ao sector

Em nosso entender, a União Europeia demorou muito tempo a reagir e as medidas propostas foram muito pouco assertivas.

No entanto, a última medida, com dotação de 150 milhões de euros de apoio à redução da produção (pequena quando comparada com os apoios directos atribuídos ao sector em 2015 e 2016, respectivamente de 500 e 350 milhões de euros), foi extremamente eficaz.

Neste ponto, cabe lembrar que até ao anúncio desta medida os industriais por toda a Europa justificavam os baixos preços pagos à produção, com os excedentes de mercado.

Imediatamente após o anúncio desta medida, mesmo antes da sua implementação, o discurso começou a inverter-se. Alguns industriais alertaram inclusivamente os seus produtores, para o perigo de aderirem a esta medida de redução da produção, poderia colocar em causa os contractos de fornecimento da indústria.

O mesmo aconteceu no nosso país, tentando-se desvalorizar e desincentivar a adesão dos produtores a esta medida. Valeu a atenção das Organizações ligadas à produção que divulgaram esta medida pelos seus associados.

A adesão a esta medida foi de tal forma significativa, que logo no primeiro concurso de candidatura, se esgotou praticamente todo o *plafond* disponível, originando alguma histeria em muitos industriais por toda a Europa.

O sinal que esta medida passou para o Mercado foi fortíssimo. Pela primeira vez, Bruxelas criava uma medida que incentiva a redução da produção, mitigando não só a quebra de rendimento dos produtores, como colocava sob pressão a indústria, com um cenário de redução da oferta.

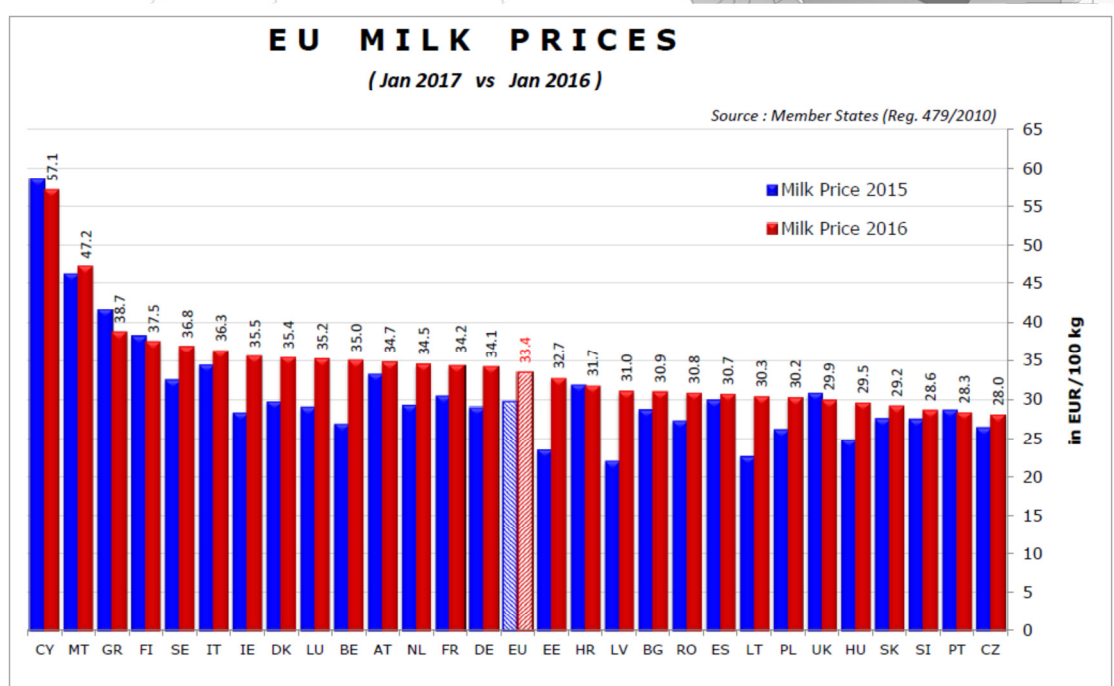
De realçar ainda, que alguns Estados-membros como a França e a Alemanha reforçaram essas mesmas dotações com verbas dos seus próprios orçamentos, o que veio acentuar o “nervosismo” de alguns industriais.

Perante este cenário, o preço de leite pago à produção na Europa tem vindo a reagir desde Agosto de 2016.

No entanto, e como se pode constatar no quadro seguinte, em Portugal a nossa Indústria tem mantido os preços bastante abaixo do verificado em outros Estados-membros.

Analisando os dados apresentados no gráfico, referentes ao mês de Janeiro, constatamos que os produtores portugueses receberam em média 28,3€/100Kg/leite enquanto os nossos congéneres europeus receberam 33,4€/100Kg/leite (mais 15%).

Na nossa vizinha Espanha, o preço médio pago à produção foi de 30,7€/100Kg/leite.



Esta realidade, como se poderá entender, agrava de sobre maneira a competitividade dos produtores nacionais e hipoteca por completo o seu futuro.

De facto, numa altura em que muitos dos nossos colegas europeus estão a aproveitar este acréscimo da cotação do leite para recomporem a tesouraria das suas explorações, em Portugal tal não é possível, pois muitos dos nossos criadores se encontram ainda, do ponto de vista económico, abaixo da linha de água.

Algumas das causas que justificam os baixos preços pagos à produção

Em nosso entender, a Indústria Nacional tem grande responsabilidade no prolongar da crise que atravessamos no nosso país.

Identificamos de seguida algumas das suas causas:

1. Ligeireza com que a Indústria repercute nos preços pagos à produção, algum “aperto” que lhe é infligido pela Grande Distribuição;
2. Pouco valor acrescentado no produto final - massificação do leite UHT;
3. Fraca capacidade de inovação de produtos de maior valor acrescentado;
4. Pouca capacidade de exportação e procura de novos mercados externos;
5. Ausência de defesa de uma verdadeira visão de fileira, em que todos participem e beneficiem;
6. Pouca solidariedade com a produção, só reagindo quando existe falta de leite.

Esta fraca solidariedade para com os produtores nacionais, levou a que actualmente tenhamos um número muito reduzido de criadores, o mais reduzido de sempre (apenas 2.500 produtores no Continente).

Por outro lado, os produtores que conseguiram persistir a esta crise, têm actualmente muito pouca capacidade de financiamento, inviabilizando a hipótese de aumentarem a sua produção, numa altura em que tal venha a ser necessário.

Esta falta de resposta à procura, poderá no futuro inviabilizar algumas pequenas indústrias de lacticínios, por falta de matéria-prima.

Medidas a implementar a nível nacional

Antes de mais, cabe realçar que as políticas nacionais de ajuda ao sector, no nosso entender foram muito ténues, tendo contribuído muito pouco para ultrapassar a crise que ainda subsiste.

Em relação às medidas a implementar, propomos a adopção imediata das seguintes acções:

1. Levar por diante uma lei da rotulagem de origem do leite e dos produtos lácteos, que permita aproximar e fidelizar o consumidor português do produto nacional, produzido a partir de vacas portuguesas;

2. Exigir um maior rigor e controlo por parte das autoridades nacionais competentes no controle da origem dos produtos provenientes de outros países;
3. Dotar as autoridades competentes de meios necessários para um verdadeiro e eficaz controlo da lei da rotulagem de origem, em cumprimento da legislação em vigor;
4. Criar a figura do “Provedor do Leite”, tutelado pelo Ministério da Agricultura, que possa definir um preço justo pago à produção e mediar guerras contractuais entre a grande distribuição, a indústria e os produtores nacionais;
5. Promover a criação de novos produtos (inovação);
6. Reforçar as campanhas de promoção e de esclarecimento da opinião pública sobre os benefícios dos produtos lácteos nacionais em detrimento de outras fontes supostamente mais saudáveis (leite de soja, etc...);
7. Criar campanhas que valorizem os produtos portugueses, defendendo o “*fair price*” português, promovendo a soberania alimentar, ambiental e social do nosso país.

Medidas a implementar a nível europeu

Em relação às medidas a implementar a nível europeu, propomos a adopção imediata das seguintes acções:

1. Criar um observatório de existências e preços a nível europeu, fundamental para poder reagir a tempo de evitar futuras crises;
2. Criar medidas de controlo da produção, que comprovadamente são bastantes eficazes e que deverão ser reforçadas em determinadas circunstâncias como aquela que vivemos em 2015 e 2016;
3. Promover a criação de novos produtos (inovação);
4. Promover a abertura de novos mercados, financiados pela Comissão Europeia.

Lisboa, 8 de Março de 2017